

A nação imaginada



Por **VINÍCIUS B. D'AMACENO***

A invenção simbólica do Brasil oitocentista revela como o Romantismo e a historiografia oficial atuaram como instrumentos das elites para forjar uma nação harmônica e silenciar os conflitos da escravidão

1.

O século XIX brasileiro, especialmente durante a consolidação do Império sob D. Pedro II, foi menos um período de simples organização política e mais um intenso esforço de invenção simbólica da nação. Não se tratava apenas de governar um território recém-independente, mas de produzir sentidos, narrativas e imagens capazes de legitimar a existência do Estado imperial e de sustentar a autoridade de suas elites.

Nesse contexto, a escrita da história e a produção cultural tornaram-se campos centrais de disputa. Como observa Manoel Luiz Salgado Guimarães, a reflexão histórica no Brasil oitocentista esteve profundamente articulada à questão nacional, funcionando como instrumento de ordenação temporal e política da experiência histórica (GUIMARÃES, 1988).

A construção desse passado comum não foi espontânea. Ela se deu a partir de um projeto consciente das elites letradas, que buscaram transformar a história em ferramenta de coesão, apagando conflitos e organizando a memória coletiva de forma seletiva. Nesse processo, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, representou um marco decisivo.

Mais do que uma instituição acadêmica dedicada à coleta de documentos, o IHGB funcionou como um aparelho intelectual do Estado imperial, encarregado de oferecer ao Brasil uma genealogia respeitável e uma narrativa histórica coerente. Segundo Guimarães, o Instituto operava a partir de uma tradição ilustrada portuguesa profundamente conservadora, marcada por valores católicos e por uma concepção hierárquica da sociedade (GUIMARÃES, 1988).

A atuação do IHGB deve ser compreendida no interior de uma crise mais ampla de orientação temporal vivida pelas elites do período. Como destaca Valdeci Lopes de Araújo, tratava-se de responder à urgência de afirmar a singularidade nacional diante da herança colonial, organizando o passado de modo a torná-lo inteligível e funcional ao presente político (ARAÚJO, 2008). Essa necessidade resultou na produção de uma história nacional que se pretendia harmônica, civilizada e contínua, na qual revoltas populares, tensões regionais e, sobretudo, a violência estrutural da escravidão eram sistematicamente minimizadas ou silenciadas.

Esse esforço institucional encontrou no Romantismo sua expressão estética mais eficaz. Longe de ser apenas um movimento literário, o Romantismo brasileiro funcionou como uma linguagem política da nacionalidade, capaz de traduzir os pressupostos eruditos do IHGB em imagens acessíveis ao grande público. Como argumenta Bernardo Ricupero, o Romantismo foi fundamental para articular a ideia de nação no Brasil, oferecendo símbolos, mitos e afetos que davam concretude à abstração nacional (RICUPERO, 2004). A literatura romântica, nesse sentido, não apenas refletiu o projeto

das elites, mas atuou ativamente na sua difusão e naturalização.

2.

No centro desse processo está a obra de José de Alencar, figura emblemática da convergência entre literatura, política e historiografia. José de Alencar desempenhou o papel de mediador entre o discurso histórico institucionalizado e o imaginário popular, traduzindo diretrizes como a tese das “três raças”, formulada por Von Martius, em narrativas literárias de grande apelo simbólico. Em romances como *O guarani* e *Iracema*, o indígena é elevado à condição de herói fundador, idealizado como “bom selvagem” e apresentado como portador de uma pureza moral anterior à colonização. Essa operação simbólica permitiu à elite resolver um dilema central: criar um passado nobre e autóctone sem ameaçar a ordem social vigente.

O indianismo romântico, contudo, está longe de ser inocente. Como aponta Alfredo Bosi, trata-se de uma idealização profundamente controlada, na qual o indígena só é aceito enquanto figura mítica, submissa ou destinada ao desaparecimento (BOSI, 1994). Em *Iracema*, a mestiçagem é romantizada como um encontro amoroso e harmonioso entre a indígena e o colonizador português, apagando a violência de gênero, a dominação política e a expropriação territorial que marcaram a colonização real. O herói indígena, quando não se submete à ordem branca, morre, limpando simbolicamente o caminho para a herança europeia.

Essa lógica de pacificação estética não se limita aos romances indianistas. No drama *O Jesuíta* (1875), José de Alencar reescreve um dos episódios mais conflituosos do período colonial – a expulsão dos jesuítas – reduzindo uma complexa disputa entre Estado e Igreja a dramas individuais e conflitos familiares. A macro-história dá lugar ao sentimentalismo, desviando o olhar das estruturas de poder e neutralizando o potencial crítico do episódio. Trata-se de uma operação recorrente do Romantismo enquanto projeto cultural: substituir o conflito pela harmonia, a política pela emoção, a violência estrutural pela conciliação simbólica.

Essa dimensão ideológica do Romantismo se revela de forma ainda mais explícita quando confrontada com a atuação política de José de Alencar. Em *Ao Imperador: Novas Cartas Políticas de Erasmo* (1867), o autor se posiciona abertamente contra a abolição imediata da escravidão, argumentando que a emancipação representaria uma ameaça à ordem econômica e social. Ao evocar o suposto fracasso das colônias francesas após a abolição, Alencar defende a manutenção do trabalho escravo em nome da estabilidade nacional (ALENCAR, 1867).

A contradição é evidente: o mesmo autor que celebrava poeticamente a origem da nação indígena defendia, na arena política, a preservação de uma das instituições mais violentas da sociedade brasileira.

3.

Essa tensão não é acidental, mas estrutural. Como argumenta Marilena Chauí, o mito fundador opera justamente pela produção de uma identidade nacional abstrata e conciliadora, capaz de ocultar relações de dominação e desigualdade profundamente arraigadas (CHAUÍ, 2000). O discurso da harmonia racial, da natureza exuberante e da origem pura funcionou como uma memória forjada, destinada a desviar o debate público das contradições do presente. A nação imaginada era una, pacífica e civilizada; a sociedade real, profundamente hierarquizada e excludente.

Nesse sentido, o projeto historiográfico do IHGB e a estética romântica não podem ser compreendidos separadamente. Ambos integraram um mesmo esforço de construção simbólica da nação, no qual a história e a literatura atuaram como instrumentos de legitimação da ordem imperial. Como sugere Benedict Anderson, as nações são comunidades imaginadas, construídas por meio de narrativas, símbolos e práticas culturais que dão sentido à experiência coletiva (ANDERSON, 2008). No Brasil do século XIX, essa imaginação nacional foi cuidadosamente conduzida pelas elites, garantindo que a civilização celebrada nos trópicos refletisse apenas seus próprios interesses.

Conclui-se, portanto, que a construção do mito fundador do Brasil esteve profundamente vinculada a um projeto político conservador. A elite intelectual, ao institucionalizar a escrita da história e mobilizar o Romantismo como linguagem estética, produziu uma narrativa nacional seletiva, que exaltava a origem indígena e a natureza enquanto mascarava os pilares de opressão do presente, especialmente a escravidão.

A história nacional, nascida como esforço moderno de autoconsciência, foi instrumentalizada para proteger privilégios e assegurar a hegemonia da classe dominante, deixando como herança um imaginário nacional marcado pela conciliação simbólica e pelo silenciamento do conflito.

***Vinícius B. D'Amaceno** é graduando em história e em filosofia na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Referências

ALENCAR, José de. *Iracema: lenda do Ceará*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1865.

ALENCAR, José de. *O Guarani*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1857.

ALENCAR, José de. *O Jesuíta: drama em quatro atos*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875.

ALENCAR, José de (Erasmus). *Ao Imperador: novas cartas políticas de Erasmo*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1867.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

a terra é redonda
existe graças aos nossos leitores e apoiadores
Ajude-nos a manter esta ideia.
CLIQUE AQUI  **CONTRIBUA**